

O MONGE JOÃO MARIA DE AGOSTINHO EM CAMPESTRE, SANTA MARIA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Robinson Fernando Alves¹

Resumo: O presente trabalho pretende informar acerca dos eventos ocorridos por volta de 1848, quando, segundo o contexto messiânico do sul do Brasil nos séculos XIX e início do XX, iniciou-se em Campestre, Santa Maria, RS, um movimento religioso liderado pelo asceta João Maria de Agostinho, o *santo monge* ou *solitário eremita de Campestre e Botucaraí*. Servindo-se de literatura local mais completa sobre o assunto (no que se refere a dados informativos), o presente texto busca descobrir os principais aspectos históricos da passagem do asceta na região, bem como identificar as mais importantes manifestações ligadas à religiosidade popular no movimento.

Palavras-chave: Monge João Maria, história, religião, Santa Maria

Abstract: The present work intends to inform concerning the events occurred for 1848 return, when, according to messianic context of the south of Brazil in centuries XIX and beginning of the XX, was initiated in Campestre, Santa Maria, RS, a religious movement led for asceta João Maria of Augustin, the *santo monge* or *solitary hermit of Campestre and Botucaraí*. Serving itself of more complete local literature on the subject (with respect to informative data), the present text searches to discover the main historical aspects of the ticket of asceta in the region, as well as identifying the most important on manifestations to the popular religiosity in the movement.

Keywords: Monge João Maria, history, religion, Santa Maria

João Maria de Agostinho foi um itinerante – ou, em termos católicos, um peregrino – e por isso fez história em diversos territórios. Além dele, no contexto messiânico do sul do Brasil, foram vários os líderes religiosos que se intitularam João/José Maria e similares e que, por vezes, diziam-se parentes de João Maria de Agostinho ou a própria reencarnação do mesmo. Cabral (1979) foi o primeiro a defender de forma sistemática a existência de três personagens diferentes – João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria. A esses personagens chamaremos de monges maria devido à

¹ Professor do Instituto Federal Catarinense

semelhança de seus nomes. A população devota, por sua vez, não possui uma preocupação central ou clareza acerca da historicidade de cada monge maria. Pelo contrário, o fiel imiscui um com outro personagem em um complexo processo de representações, demonstrando que as características ligadas ao sagrado atribuídas aos monges maria importam para eles muito mais que os fatos históricos. O recurso bibliográfico, ressalvadas as devidas especificidades de cada obra, também registra os dados significativos da memória dos fiéis, de forma que em uso de quaisquer fontes devemos interpretar e inferir tanto os fatos simbólicos como os históricos. Como recurso bibliográfico, há vasta literatura que dá conta dos três monges, com destaque para a chegada de João Maria de Agostinho ao Brasil (e do percurso que realizara pregando sua doutrina) e/ou da participação de José Maria na Guerra do Contestado. Pode-se citar Sinzig (1939), Gaspar (1954), M. I. P. Queiroz (1957), M. V. Queiroz (1965; 1977), Monteiro (1974), Mourão (1975), Cabral (1979), Gorniski (1980), Auras (1984; 1991), Waldrigues (1985), B. Oliveira (1985), C. Oliveira (1992), Thomé (1992; 1997; 1999), Espig (1998; 2000), Serpa (1999), Luz (1999), Gallo (1999), Machado (2001; 2004), Filatow (2002), Sachweh (2002), Valentini (2005), entre outros.

Entretanto, a bibliografia até aqui referida, mesmo quando oferece um enfoque maior aos monges maria, apenas tangencia o assunto que se propõe neste texto, a saber: os episódios que a história reserva para a presença de João Maria de Agostinho no território de Campestre, Santa Maria, RS, nos idos de 1848.

José Fraga Fachel (1995), em sua obra *Monge João Maria: recusa dos excluídos*, analisa os três monges maria e é um dos poucos, até onde se conhece, a dar destaque para a permanência de João Maria de Agostinho em Santa Maria, RS, de forma acadêmica e com a utilização de algumas obras de autores locais. Malgrado a lacuna bibliográfica, a Romaria de Santo Antão, iniciada por João Maria de Agostinho, em Santa Maria, no ano de 1848, foi a maior, mais popular e tradicional festa religiosa do Estado do Rio Grande do Sul até pelo menos 1945 e ainda hoje recebe um considerável número de fiéis. Dão conta deste evento religioso os estudos de

Alves (2008a; 2008b), que tece análises a partir do trabalho interpretativo de fontes orais dos romeiros.

É de fato nas obras de autores locais de Santa Maria que se encontram informações mais diretas acerca do tema aqui proposto. Há textos completos e parciais, sendo que aqui também é necessária a crítica às fontes e, principalmente, aos autores. Trata-se de escritores que, por um lado, fizeram parte da elite literária, profissional e política santa-mariense, que ali residiu e escreveu segundo propósitos deste grupo – ou mesmo defendeu interesses intragrupos – e, por outro lado, atuaram num contexto – século XIX – em que a história se baseava na fidelidade às fontes e aos fatos oficiais. Podemos citar Azevedo (1895a; 1895b; 1898a; 1898b), Fortes (1902), Silveira (1909), Becker Pinto (1914), Pagliuca (1923a; 1923b; 1923c), Belém (1925; 1989), Beltrão (1950a; 1950b; 1960; 1975; 1979), Daudt Filho (2003), além de jornais como *A Federação*, *O Estado*, *O Combatente*, *O Santamariense*, *Diário do Interior*, *A Razão* e *Livros de Registro de Tombo da Igreja Católica*.

Apesar da importância dos autores locais para o tema proposto, convém destacar duas teses de doutoramento defendidas em 2007, por conta de seu avançado enfoque antropológico: *O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo* (UFSC), da antropóloga Tânia Welter, e *Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil* (UFRGS), do sociólogo Cesar Hamilton Brito Goes. A primeira inventaria as representações que os fiéis fazem acerca dos *monges maria*, ou seja, para a autora “[...] a preocupação está em compreender os significados atribuídos a João Maria nos discursos dos protagonistas, denominados estrategicamente de joaninos” (Welter, 2007, p. 51). O segundo compara e comprova relações históricas e simbólicas entre as diversas manifestações messiânicas ocorridas no sul do Brasil, como são as várias aparições dos *monges maria*, inclusive no Contestado (1912-1916), os Muckers (São Leopoldo, 1875), o Canudinho de Lages (Lages, 1897), os Monges do Pinheirinho (região denominada Vale do Taquari, hoje município de Roca Sales, em 1902), os Monges Barbudos (Soledade, atual Lagoão, em 1938), entre outros (Goes, 2007). Se a tese de Goes situa em sua rede de episódios a ação de João Maria

de Agostinho em Santa Maria, Welter dá o norte para que se analise quais são as representações que a população de Campestre faz do mesmo monge. Este é um estudo que por ora ficará em aberto.

MESSIANISMO

Maria Isaura Pereira de Queiroz, fiel ao título da sua obra, analisa messianismo no Brasil e no mundo. A fim de entender o personagem João Maria de Agostinho, importa pensar tão somente sobre os movimentos sulistas citados anteriormente; para compreender o messianismo brasileiro, pode-se ir um pouco mais adiante, tendo em mente manifestações como Canudos (Bahia, 1893-1897), entre outros. Usar-se-á a definição de messianismo proposta por Queiroz, que, inclusive, distingue entre as ideias de messianismo e movimento messiânico:

Verificada a existência de crenças messiânicas que não chegam a se concretizar em movimentos, propúnhamos então reservar exclusivamente “messianismo” para nomear os anseios do povo, para aquela fase que Paul Alphandéry chamou de *espera messiânica*; movimento messiânico seria atividade de uma coletividade sob a direção de um mensageiro de Deus – o messias – para apressar o milênio. (Queiroz, 1976, p. 46)

Os monges maria, logo, enquadram-se no termo messianismo, no sentido de que, apesar de ser cultuado como um santo ou mesmo um messias e de promover o culto a sua pessoa, não se dizia – pelo menos não insistente e categoricamente – o próprio Messias, enviado de Deus, salvador do mundo. Queiroz ainda trabalha com diversas categorias messiânicas, das quais a representativa da história do monge é o conceito de *movimento rústico sertanejo*. A ideia norteadora desses movimentos é a crença em um líder, que possui poderes sobrenaturais e profetiza o fim dos tempos ou a vinda de um messias, tempos em que terão melhor sorte seus seguidores. Vive-se coletivamente sob a tutela do chefe e segundo regras que ele estabelece, sendo que existem direitos e deveres e também há destaque para algumas pessoas que

assessoram o líder. Todos têm um pouco para sobreviver. Nesse cenário, João Maria de Agostinho tem o mérito de ser o pioneiro dos monges maria. Ele está nos primórdios dos movimentos rústicos e foi anterior mesmo a outras grandes manifestações messiânicas brasileiras, como Canudos e Contestado.

João Maria de Agostinho teria residido primeiramente em Sorocaba, São Paulo. Neste local, em 1844, ter-se-ia instalado próximo à Fábrica de Ferro São João de Ipanema, pois que, na propriedade dessa fábrica, localiza-se o Morro do Araçoiaba, no qual existe uma gruta com uma fonte de água, na qual teria habitado o monge. Ter-se-ia então dirigido a Santa Maria da Boca do Monte, RS, entre 1846 e 1848 – ou seja, logo após os eventos da Revolução Farroupilha – onde habitou o Cerro do Campestre, que também tinha uma fonte, residindo em uma capelinha que construiu. Aí fundou a devoção à Santo Antão. Depois teria habitado o Cerro do Botucaraí, próximo à Candelária, que fica no caminho de quem vai de Santa Maria a Porto Alegre. Lá também ergueu cruzeiros e ministrou uma fonte. Em Botucaraí teria sido preso pelo general Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, e remetido a Porto Alegre, donde teria sido conduzido para o brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, Presidente de Santa Catarina, que o teria enviado para a Ilha do Arvoredo, SC. Dali, em 1851, retirou-se para uma gruta no município da Lapa, PR. Depois de sua estada na Lapa, o monge João Maria provavelmente esteve em Rio Negro, PR, e atual Mafra, SC, às margens do Rio Negro, que divide os estados do Paraná e Santa Catarina. Depois dessas paragens, teria sido enviado para o Rio de Janeiro, dali foi para Petrópolis, e depois se internou pelo interior da Província do Rio de Janeiro.

Nos últimos vinte anos do século XIX, o Brasil vivia a abolição da escravidão, a proclamação da República, e no sul do país a Revolução Federalista de 1893. É nesse contexto que surge o segundo monge, João Maria de Jesus. Era contrário à República e simpático aos federalistas no período 1893-1895, pois associava a República ao contexto de espoliação do povo sertanejo. Foi um imigrante sírio ou francês de nome Anastás Marcaf. Antes de chegar ao Brasil, achava-se em Buenos Aires e por isso falava castelhano. Peregrinou no sul do Planalto Brasileiro, entre 1890 e 1908, quando esteve

pelos campos de Palmas, pelo vale do Rio do Peixe e pelo interior e pelas vilas dos municípios de Campos Novos, Lages, Curitibanos, Porto União, Rio Negro e Canoinhas. Por volta de 1908 ou 1910, João Maria de Jesus não foi mais visto. Teria se dirigido para o Morro do Taió, que fica entre Curitibanos e Rio do Sul. Ergueu vários cruzeiros e sinalizou muitas *águas santas*. Evitava ajuntamentos de seguidores e não ficava muito tempo em um mesmo lugar, era menos ermitão que o primeiro monge. Operava sacramentos como o batismo, apesar de ser leigo, o que lhe causou conflitos com o clero.

O monge José Maria, terceiro monge maria, está ligado ao contexto e desdobramento da Guerra do Contestado, ocorrida em região que fica entre Paraná e Santa Catarina. Os caboclos, despojados de suas terras, perambulavam pelo sertão à procura de sobrevivência, quando, em 1911, o monge apareceu no município de Campos Novos, SC, dentro da região contestada. Chamava-se Miguel Lucena de Boaventura, admitia assentamentos e manifestava simpatias pela monarquia. Posteriormente, estabeleceu-se em Taquaruçu, SC, em terras do coronel Henrique de Almeida, onde estabeleceu um arraial. Foi dali expulso por forças do governo de Santa Catarina, atravessou a fronteira e foi se instalar nos Campos de Irani, então município de Palmas, PR, hoje Joaçaba, SC, onde José Maria perdeu a vida, em 1912, em combate com forças do Paraná.

Curioso notar que o segundo e o terceiro monges maria se diziam irmãos do primeiro, João Maria de Agostinho, provavelmente no intuito de serem considerados mais santos com tal parentesco. A preferência por grutas e morros, a manipulação de fontes com águas *santas* e a construção de cruzeiros para o Calvário também eram pontos comuns entre os três. Entretanto, Agostinho não se inclinou a tendências político-partidárias como fizeram seus sucessores. É importante lembrar que a Revolução Farroupilha teve início em 1835 e fim em 1845, pouco antes da chegada do monge em Santa Maria, e que apesar desses fatos o mesmo não se disse nem contrário e tampouco favorável ao conflito. Como informa-nos Paulo Pinheiro Machado acerca do contexto político da década de 1840,

[...] o Rio Grande do Sul, como província da fronteira sul do império, deveria preparar-se para a próxima intervenção no Prata, contra os governos de Oribe e Rosas. Tinha, portanto, de concluir a pacificação com os farroupilhas, dar combate a bandos armados dispersos que viviam de roubo de gado na campanha e liquidar o quilombo que havia crescido na serra do Couto [no cerro do Botucaraí]. Do ponto de vista militar, o surgimento de um movimento de cunho religioso, mesmo com fins pacíficos, que concentrasse a população desvalida da campanha, seria totalmente inoportuno. (Machado, 2004, p. 167)

Há outro fator que distingue o eremita do Campestre dos demais promotores de movimentos rústicos sertanejos, pois, ao contrário destes, “é importante observar que o primeiro monge João Maria tinha uma relação bastante próxima com a estrutura oficial da Igreja católica.” (Ibid., p. 164) Se, por um lado, o monge não era um sacerdote católico, por outro, não ministrava sacramentos da Igreja, como o batismo, muito praticado pelos seus sucessores, que consistia em atitude mal vista pelo clero (Ibid., p. 166). Outro ponto muito positivo para as boas relações entre a Igreja e o asceta foi a introdução por este do culto a Antão, um dos mais antigos santos dos quadros da hierarquia transcendental católica.

João Maria não ministrava sacramentos, mas operava curas. A sanidade da alma e, mais ainda, do corpo foi o maior objetivo da ação do monge e ainda hoje consiste em importante motivação para os romeiros. Isto se insere num contexto em que a medicina ainda mantinha práticas invasivas, dolorosas e de baixa eficácia. Os médicos eram raríssimos e não muito procurados, sendo que a maneira de se preencher esta lacuna veio a ser a religião. Desta forma, tornou-se típico de regiões interioranas do Brasil, principalmente se considerarmos o século XIX, a existência de grande quantidade de curandeiros, benzedeiros, entre outros. Havia muito pouco conhecimento acerca das causas das doenças. As pessoas tinham a noção de que os males podiam resultar de um castigo divino. “É possível que a única forma de cura aceita integralmente na época fosse o milagre.” (Witter, 2001, p. 41)

O LÍDER MESSIÂNICO JOÃO MARIA DE AGOSTINHO

Intriga o personagem em si. Ficou conhecido como o monge, sendo que não era sacerdote católico. Dizia se chamar João Maria de Agostinho, podendo-se encontrar para a mesma pessoa o nome João Maria Agostini, conforme derivativo da língua italiana. João Maria foi um líder messiânico ermitão e caminhante que anunciou uma antiga tradição religiosa, a judaico-cristã-católica. Ele torna efetivo um ritual especificamente seu, apesar de nunca alheio ao catolicismo. Outrossim, o que mais é marcante no ermitão é o seu caráter pessoal. Beltrão diz que no Campestre “[...] apareceu um místico, dizendo-se enviado de Deus, para pregar aos homens a salvação da alma.” (1979, p. 135) João Maria esforçou-se por imitar o Cristo, queria que sua conduta servisse de exemplo para os devotos. A mesma intenção é notória em sua ascese. O asceta é aquele que precisa rechaçar tudo o que é mundano (aversão ao materialismo e ao hedonismo) em favor da prática concentrada da espiritualidade e da oração ao deus que anuncia. Para ele, seu retiro espiritual e seus jejuns eram a forma de demonstrar aos devotos a maneira pela qual deviam agir.

Segundo Fachel, João Maria de Agostini seria originário de Piemonte, na Itália, donde viera para o Brasil, chegando e se estabelecendo em Sorocaba, São Paulo, a 24 de dezembro de 1844, quando tinha 43 anos de idade. Neste local, ter-se-ia instalado próximo à Fábrica de Ferro São João de Ipanema, pois que, na propriedade desta fábrica, localiza-se o Morro do Araçoiaba, no qual existe uma gruta com uma fonte de água, na qual teria habitado o monge (Fachel, 1995, p. 15-16). Silveira nos dá a informação de que o anacoreta se dirigiu de São Paulo para o Paraguai, passando depois ao povo de São Tomé, à margem do Rio Uruguai, e à São Borja, na margem esquerda do Uruguai, conforme o seguinte itinerário:

Atravessou o rio Paraná, depois a lagoa Iberá, em uma pequena canoa; seguiu a pé pelo território deserto das Missões Corrientinas até o extinto povo de São Tomé, hoje restaurado e elevado a cidade. Desceu pelo Uruguai até São Borja, onde desembarcou e foi bem acolhido. Deu aí o nome João Maria de Agostini. Em poucos dias, recomeçou sua peregrinação a pé e foi dar com mais de 580

quilômetros de marcha ao Cerro de Botucaraí, onde pouco demorou-se e regressou até o Campestre, perto de Santa Maria *por onde já havia passado*. [grifo nosso] (1909, p. 157)

Note-se pelo final dessa citação, que o ermitão em suas andanças teria visitado Santa Maria mesmo antes de Botucaraí. Este ponto de vista é corroborado por Fachel. Entretanto, de outra forma, o último autor acredita que João Maria usara o caminho das tropas, que ligou Sorocaba, São Paulo, a Santa Maria, Rio Grande do Sul, no período do ouro brasileiro. Fachel esclarece melhor a possível rota usada à época de atuação do eremita:

Devido a demanda por muares que o mercado da mineração exigia, muitas estâncias no Rio Grande do Sul, especialmente na Fronteira Oeste e nos Campos de Cima da Serra, passaram a criar mais mulas do que bovinos, pois os saladeiros ou charqueadas localizavam-se mais na Região Sul (Pelotas, Canguçu, Arroio Grande, Rio Grande e outros municípios). Essa situação foi-se modificando com o declínio do ciclo do ouro e com a criação da “Charqueada do Paredão” em Cachoeira do Sul. Com a criação desta charqueada, agora as tropas de bovinos desciam por São Martinho, passando por Santa Maria e iam em direção à Cachoeira do Sul para a “Charqueada do Paredão”. (Fachel, 1995, p. 18)

Por esse caminho, percebe-se, seria necessário passar antes por Santa Maria para após encontrar o Cerro de Botucaraí, que fica no caminho de quem vai daquela cidade à Cachoeira do Sul.

Beltrão – comentando o que escreveu Hemetério José Veloso da Silveira sobre as andanças de João Maria de Agostinho – infere que “[...] deve ser verdade, porque o monge misturava o português ao espanhol e italiano, com acentuado sotaque castelhano e se intitulava ‘solitário eremita de Botucaraí’.” (1979, p. 135)

É mais provável que o asceta deva ter estabelecido contato primeiramente em terras de Santa Maria. Isso pela geografia da região, ou seja, se viera do Paraguai, ou se viera pelo caminho das tropas, de qualquer forma percorreu o sentido oeste/leste num caminho de direção praticamente reta

que é o Vale do Jacuí. Desta forma, o primeiro local a se vislumbrar passa a ser Santa Maria. Não seria impossível, entretanto, mas improvável, que o eremita tivesse feito caminhos outros. Trata-se apenas de entender que João Maria de Agostinho procurava um monte, mas um monte num lugar que fosse bem habitado, a fim de estabelecer seu eremitismo e sua clientela. Santa Maria era um povoado de referência na época, zona de fronteira, comportava uma convergência de rotas (local de passagem), e se localizava no rebordo do Planalto Brasileiro, região constituída por vários morros isolados. É provável ainda que o monge tenha peregrinado regularmente de um monte a outro, mesmo após se estabelecer em Santa Maria.

Outrossim, por consequência desses fatos, também incerta é a data exata da chegada de Agostinho ao Campestre. Segundo João Belém,

Sabe-se, exatamente, a chegada do monge João Maria ao Campestre, porque tendo ali nascido nesse dia um menino, seu pai lhe pôs o nome de João Maria, em homenagem, ao santo varão que áquellas plagas chegava, levando no coração a fé e nos lábios a palavra de Deus.

Esse menino, João Maria da Rosa, cresceu, fez-se homem, envelheceu e, sempre em dia de seu aniversário natalício, dizia ás pessoas amigas que seus pais lhe deram o nome de João Maria, por ter nascido no dia da chegada do monge ao Campestre, o que ocorreu em 4 de maio de 1846, data de seu nascimento. (Belém, 1989, p. 176)

Entretanto, o próprio Belém, anteriormente havia afirmado o seguinte, em capítulo que escreveu para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul:

Cerca de légua e meia da cidade de Santa Maria, na estrada que conduz a S. Martinho, encontra-se um povoado.

Foi ahi, em 1848, que o padre romano João Maria de Agostini se installou, promovendo a erecção de uma capella em honra a Santo Antão, sendo, dessa epocha em diante, aquelle lugar conhecido pelo nome de *Campestre de Santo Antão*. (1925, p. 219)

Para Silveira (1909, p. 461) o monge João Maria de Agostinho teria migrado a Santa Maria entre 1847 e 1848. Para Azevedo (1895a, s. p.), o monge havia chegado em Santa Maria em 1848. Já Fachel, considera incerta a data de chegada de João Maria de Agostinho em Santa Maria:

O fato é que o monge João Maria desapareceu de Sorocaba. E foi reaparecer no Rio Grande do Sul, em Santa Maria da Boca do Monte, como era chamado o atual município de Santa Maria. A data de sua chegada é incerta, situa-se *entre 1846 e 1848*. [grifo nosso] (op. cit., p. 19)

Provavelmente, o anacoreta teve seu primeiro contato com Santa Maria em 1846, sem entretanto ter de imediato se fixado no Cerro, o que deve ter ocorrido somente em 1847 ou 1848. Mais do que isso, chegou e “[...] movimentou bastante a população da freguesia quer urbana, quer camponesa.” (Silveira, 1909, p. 461)

Instalou-se mais propriamente em um boqueirão denominado Campestre, onde desenvolveu o culto a Santo Antão. A partir daquele momento, o lugar passa a ser conhecido popularmente como Campestre de Santo Antão. João Maria escolheu o referido local provavelmente por conta de um bonito monte que ali desponta, o Cerro do Campestre (Figura 1), hoje conhecido como Cerro de Santo Antão, onde pôde estabelecer seu eremitismo. Posteriormente, também descobriu-se uma fonte de água própria para o consumo, a meio caminho do dito monte. O Dr. Nicolau Becker Pinto, médico santa-mariense, assim descreve a paisagem da região:



Figura 1 – Cerro do Campestre. Desde a época de João Maria, conhecido como Cerro de Santo Antão. À esquerda, estrada que liga Santa Maria a São Martinho. Acompanhando a referida estrada, vislumbra-se o boqueirão que tornou o lugar conhecido como Boca do Monte. No horizonte, o rebordo do Planalto Brasileiro e este propriamente dito (norte geográfico). A fotografia foi tirada do Morro das Antenas, de Santa Maria.
Fonte: Eduardo Revelante Netto.

Quem, de Santa Maria, se dirige para São Martinho pela estrada da Caturrita, antes de chegar a um boqueirão conhecido pelo nome de Campestre, contorna, deixando á direita, alteroso contraforte da Serra Geral, em cujo cimo, calculado em 400 metros acima do nível do mar [cerca de 280m a partir da base em que se assenta], existe a Capella de Santo Antão Abbade, pontilhando o verde-negro da mata, já bastante devastada pelo machado do plantador. (Becker Pinto, 1914. s. p.)

Em Santa Maria, João Maria teve objetivo bem nítido de fundar as bases de um foco religioso e inclusive elaborou um cronograma de ação bem determinado. Isto pulula quando se analisa o significado religioso das ações do eremita, implementadas segundo uma sequência bastante lógica,

numa ordem que deu suporte ao surto sempre crescente, na sua época, de seguidores de sua doutrina.

Assim que chegou, construiu uma cabana de madeira no alto do morro, onde foi morar; em seguida erigiu uma capela de alvenaria ao lado de sua cabana, a fim de pôr ali uma imagem de santo que traria para o lugar; posteriormente mandou fazer uma ramada no sopé do morro para abrigar os fiéis; esta foi logo substituída por uma igreja de tijolos; em seguida pregou quatorze cruzeiros morro acima, instituindo a via crucis católica. Aí se podia proceder perfeitamente às procissões de subida ao morro, peregrinações que aconteciam a partir de outras cidades e que culminavam na subida do morro, terços, orações, sermões, aconselhamentos etc. Como atrativo religioso, temos a imagem de Santo Antão, trazida ao Campestre por João Maria, e uma vertente, também aberta por este, a *fonte milagrosa*, da qual escoaria a *água santa*, ou seja, água que cura doenças. Por último, temos a criação da festa de Santo Antão, através do documento “Aos do Campestre”.

“Foi organizada uma espécie de confraria, sob a inspiração e tutela do monge. A fama de João Maria já formara um arraial no Campestre.” (Beltrão, 1979, p. 136)

João Maria tratou de fundar as bases materiais e espirituais para a continuidade do seu ministério, que deveria vingar com ou sem sua presença. Para aquelas, mandou construir sob sua direção algumas capelas, que se sucederam conforme a necessidade imediata; ou seja, era necessário que existissem, mesmo que precárias, até que se pudessem construir outras melhores. Das questões espirituais, da mesma forma, cuidou ele mesmo, através do exemplo pessoal ascético, de suas prédicas, procissões etc.

Fez sua *morada no alto dum cerro, em rancho miserável*, só descendo para infundáveis *sermões*, em que pregava a palavra de Deus e a *penitência*. Em pouco tempo havia reunido em volta de si uma espécie de *comunidade* mística, de gente simples e crédula, em cujas almas penetrava fácil e convincente sua palavra desativada de retórica e que o exemplo de seu viver austero convencia. [grifos nossos] (Beltrão, 1979, p. 136)

O fato de o anacoreta residir no topo do morro atraiu a atenção e a curiosidade das pessoas. Queriam conhecer o monge, confirmar se morava toscamente, conforme se dizia. A cabana de João Maria representou não somente uma casa, mas um santuário sagrado. E o asceta dentro do rancho passa a ser visto quase como um novo messias, um santo. Muitas famílias ou pessoas doentes migraram nessa época ao Campestre para ali fixar residência. Os doentes ficavam residindo em torno do morro permanentemente, enquanto as famílias retornavam às suas cidades de origem.

Posteriormente, construiu uma capela no topo do cerro (Figura 2). Com a ajuda da população,

João Maria fez construir uma *capelinha no topo do cerro*, ao lado de sua cabana, a 280 metros acima do sopé, para abrigar o Santo, e estender grandes cruces de madeira, ao longo da subida, marcando os passos da *Via Sacra*. *No sopé do cerro foi armada uma ramada*, para acolher os fiéis durante as prédicas e rezas, que se realizavam ao clarear do dia e ao anoitecer. [grifos nossos] (Beltrão, 1979, p. 136)

Belém informa-nos que o monge concebeu e realizou a construção da ermida no pico do cerro sob a invocação de Santo Antão. (1989, p. 176)

Quanto à ramada do sopé do morro, segundo Silveira, foi, ainda no tempo de João Maria de Agostinho, substituída por uma capela (Figura 3), diz ele: “O ermitão João Maria de Agostini não se limitou à construção da ermida [se refere à do alto do cerro]. Para a *feira* do dia próprio (17 de janeiro) cuidou da construção de uma *capela, em lugar plano, a base do cerro*.” [grifos nossos] (Silveira, 1909, p. 158)

Veja-se que a primeira capela deveria ser a do alto do morro, onde residia o monge, já aí percebemos que o líder desejava manter contato com o povo, mesmo na ascese, e que pretendia desenvolver um culto de caráter pessoal e carismático. A segunda capela era para a população do lugar, ou seja, impreterivelmente para que esta tivesse seu local sagrado enquanto aconteciam os rituais religiosos empreendidos pelo eremita. Acontece a ligação física e espiritual entre a base e o topo, o “de baixo” e o “de cima”.

Temos então a implantação da via crucis, onde o crente, como em uma escada de vários degraus, passa por etapas até se atingir a graça ou a cura. Estas etapas parecem se justapor com progressão, e a ascendência é tanto física quanto espiritual. Azevedo (1898a, s.p.) nos dá maiores detalhes:

Ajudado pelos moradores que já o contemplavam como um novo messias, tentou a abertura da estreita picada que dá acesso ao morro, pelo lado norte, continuando em declive até onde está a chamada *fonte do Monge*. Preparado por tal forma o caminho, construiu ele, sempre ajudados por seus adoradores, *dezessete cruces* [seriam quatorze cruces de acordo com Belém, 1925, p. 219] de grandes dimensões, que foram plantadas regularmente, à margem da picada. No regato, foi feita uma cava, mais ou menos de um metro, colocando duas ou três telhas para formar uma *bica* para se aparar água, com uma caneca de folha que foi ali colocada. Como um general que estabelecesse seu plano de operações, o monge considerou-se senhor do campo de combate, que se lhe afigurou inexpugnável. Já não tinha rebuços; pregava francamente aos povos, inculcando-se em enviado de Deus. Só faltava o *santo*. [grifos nossos]



Figura 2 – Capela ou ermida do topo do cerro, construída por João Maria de Agostinho, por volta de 1848.

Fonte: BELTRÃO, Romeo. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho* – 1787-1930. 2 ed. Canoas: La Salle, 1979. ACMEC.



Figura 3 – Capela da base do cerro, construída provavelmente pelo monge João Maria de Agostinho, por volta de 1848.

Fonte: BELTRÃO, Romeo. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho* – 1787-1930. 2 ed. Canoas: La Salle, 1979. ACMEC.

OS RITOS

Inicialmente, o acontecimento que mais se sobressai, devido à sua recorrência e periodicidade, é a procissão da via crucis que tem por percurso o morro do Campestre. Representa uma tentativa de imitar a paixão de Cristo.

O paciente, ao transpor a entrada da picada tirava o calçado, e com os pés nus e cabeça descoberta encetava a *marcha* por aquela ingremidade só comparável com a serra das Antas, havendo presas às árvores cordas de lonca [couro cru], para ajudar a subida às pessoas velhas ou fracas. Ao pé da cruz parava o doente, devendo ajoelhar-se para fazer a *oração*. Para se vencer as *dezesete cruces* e as orações ainda rezadas em cada uma, gastava-se mais ou menos uma hora, chegando-se ao alto, onde se achava o santo em sua capelinha construída de madeira tosca, era estilo tomar acento em um tosco banco, onde se descansava; daí descia-se precipitadamente para o lugar onde aparecia a *vertente* que saía

da rocha, a um metro de altura. Junto à *bica* havia um cepo, onde o doente ajoelhava, para receber a *água*, que era despejada por qualquer pessoa, com uma caneca de metal ali existente, presa por uma corrente. Por sobre a cabeça do paciente, ajoelhado, despejava-se a água com vagar, na porção que cada um queria, mas sempre em números ímpares. Acabada a operação, subia-se às pressas, a fim de agitar novamente o corpo. A roupa só era mudada depois de enxuta naturalmente. [grifos nossos] (Azevedo, 1895a, s. p.)

A procissão que se fazia ao topo do cerro era realizada por pessoas que há pouco haviam passado a residir no Campestre, ou podia ter início em cidades muito distantes de Santa Maria, sob forma de peregrinação, sendo que, quando se caminha de uma cidade a outra, se está *esticando* o percurso do calvário. Ambas, procissão da via crucis e peregrinação, caracterizam a noção por parte do fiel de que sua divindade necessita de penitência para conceder graças. Somente quando a peregrinação passou a se organizar de forma sistemática é que adquiriu o caráter de romaria.

Também implementou o eremita um itinerário religioso. Os terços, as orações, os sermões, os aconselhamentos.

Junto à primeira cruz, ao entrar-se na picada, *depois do sol posto*, quando desciam as primeiras sombras da noite, era o povo, que já contava cerca de duzentas pessoas, chamado à *oração* com o sinal de um tiro de pistola. Ajoelhados todos em frente àquele símbolo da religião cristã rezavam o *terço*, depois do qual, quando se achava presente o monge, havia a prática do mesmo, *aconselhando o povo* a prática de todas as virtudes cristãs. [grifos nossos] (Azevedo, 1895a, s. p.)

Beltrão completa o itinerário:

O monge estabeleceu um *ritual*. *Ao cair da tarde*, reuniam-se todos ao sopé do morro e rezava-se o *terço*, após o qual João Maria fazia a sua *prédica*, revestido de grosseiro burel e apoiado em longo cajado. *De manhã*, antes de apontar o sol, havia a *peregrinação* dos doentes à ermida do Santo, no alto do cerro, com estações nas cruzes da *Via Sacra*. Após breve descanso, iam à *fonte milagrosa*,

perante a qual ajoelhavam, num cepo, e lhes era derramada a *água santa...* [grifos nossos] (1979, p. 136)

Veja-se que tanto a via crucis quanto o terço são atividades norteadoras do culto cristão. Elas servem como um protocolo que pode ser seguido para a concretização da fé, para a vinculação do devoto com o seu deus sagrado.

Outro fato importante parece ser o sermão que João Maria de Agostinho ministrava.

A sua longa barba e o hábito atraíam os simples que o tomavam por um novo messias. Fazia *prédicas* ao povo todos os dias. Dizendo-se inspirado de Deus, atraía ao lugar uma multidão de crentes, que o adoravam, copiou as ações do primeiro Cristo. [grifo nosso] (Azevedo, 1895a, s. p.)

Não só imitou os gestos do Cristo e incentivou o culto à sua pessoa como prometeu má sorte para quem não seguisse seus ensinamentos. Na verdade, os sermões e as profecias de João Maria eram muito semelhantes aos dos demais monges maria, que atuaram em seguida na Guerra do Contestado, no sentido de que estiveram embasados em uma visão escatológico-apocalíptica. Esta análise fica clara a partir da leitura de uma oração que legou o monge a um dos seus ajudantes:

Em nome da Santíssima Trindade, / eu digo a Verdade. / É tempo chegado / do dia de horror, / sábado fatal do Espírito Santo. Pasmados verão / a terra tremer, / a terra tremer, / de seus governos / as chamas arder. Que tempos! Que medo! / Que dia de horror! / Que fatal castigo / para o pecador. / Do cerro falado / vereis a serpente / vomitar pela boca / chamas de fogo ardente. / Do pé desta cruz / vereis a verdade, / noventa pessoas que deram / esmola com caridade. / No inferno condenados / os que não forem devotos meus, / ficarão livres os devotos / que temerem a Deus. Digo na verdade, / meus amados filhos, / que tenho sofrido na cruz / mil trabalhos e martírios. Preso degradado, [alusão à ordem de prisão contra ele] / vós me julgareis / e eu sempre perto de vós, / há bem poucos dias. À meia noite em ponto / me ireis procurar. / Eis aí a causa / que me quiseste dar. Separados no abismo, / serão condenados / e do monge João Maria / remidos os pecados. Quem trazer

esta oração / e com fé a rezar, / trazendo no pescoço, é que ade[sic] se salvar. Deve rezar um terço todos os sábados em sua própria casa ou onde se achar e oferecer em atenção ao Monge João Maria. (Beltrão, 1979, p. 150-151)

Impressiona a analogia feita pelo monge entre sua vida de sacrifícios e a paixão e morte de Jesus na cruz. Outra simbiose constata-se na semelhança do seu texto com as narrativas do livro do Apocalipse bíblico. Mas o que mais chama a atenção é a promessa de que só os seus seguidores iriam se salvar. Com tal pregação, João Maria pretende desenvolver o papel que se encontra a meio caminho entre um novo profeta e o próprio Deus. Há uma ênfase especial na sua pessoa, ainda mais uma vez, quando afirma que tem o poder de remir os pecados e no momento em que solicita que seja proferida a oração em seu nome. Por fim, a própria instituição da oração remete a uma intenção do monge consoante ao poder do Cristo, ou seja, quando este legou a oração do *Pai Nosso* à humanidade. É patente que o trabalho do eremita visava a conquistar a sua clientela. Não se dizia o novo messias, mas encontrava meios de desenvolver um culto de caráter pessoal.

Segundo Beltrão, “[...] o monge João Maria era analfabeto.” (1979, p. 138)

Belém corrobora. Segundo esse autor, “[...] era um indivíduo de poucas letras, cuja monomania religiosa o arrastava através de montes e vales.” (1989, p. 176) Em Azevedo, encontramos semelhante depoimento:

O hábito dava-lhe certa respeitabilidade entre o povo ignorante; afagava carinhosamente as crianças, a quem dava a beijar um crucifixo, que trazia pendente ao pescoço. Todos o agasalhavam e obsequiavam. [...] Ensinando a rezar aos simples e às crianças, foi insinuando o culto à sua pessoa. [...] como um misantropo, entregava-se a uma vida toda de contemplação. (1898a, s. p.)

João Maria foi homem versátil. Sua atuação encontra-se a meio caminho entre a astúcia tática para empreender e a simplicidade rústica da sua pessoa. A mesma versatilidade ganha novo catalisador quando, apesar de notada simplicidade, João Maria de Agostinho estimula o culto a sua pes-

soa, com o fim maior, certamente, de fazer acreditar na sua liderança e no que ele próprio pregava.

A IMAGEM DAS MISSÕES

A imagem de Santo Antão consiste em objeto de contemplação tanto quanto ou mais que o próprio Deus. Quando João Maria de Agostinho construiu a capela do alto do cerro, o fez em dedicação a Santo Antão, porém, ainda faltava o santo, isto é, a imagem. A conquista da imagem foi obra de João Maria de Agostinho.

Segundo Silveira, a imagem teria sido doada por um morador do Campestre e pertencente aos povos das Missões.

Após alguns sucessos reais ou aparentes, após uma boa colheita de esmolas, o ermitão resolveu, auxiliado por alguns devotos, levantar no alto do Cerro, uma ermida e neste foi colocada uma *imagem de Santo Antão*, abade da Tebaida, imagem que existia em poder de um morador do lugar e fora pertencente aos povos das Missões. [grifo nosso] (Silveira, 1909, p. 157)

Entretanto, Azevedo (1895a, s. p.), Belém (1989, p. 177) e Beltrão (1979, p. 136) acreditam ter o monge ido pessoalmente buscar tal imagem na região das Missões. Há, inclusive, conhecido documento de uma conversa que teria tido João Maria de Agostinho com o general Francisco José de Souza Soares de Andréa, então presidente da província do Rio Grande do Sul, em que pede a este permissão para se apossar da imagem.

Levado à presença do general Andréa, perguntou-lhe este, com o modo brusco, que lhe era peculiar, o que desejava ele.

-Venho pedir a V. Exa. um santo, respondeu o abade.

-(...) Mas explique-se.

-Com perdão de V. Exa., eu vim pedir uma *imagem de Santo Antão*, que está numa igreja das Missões, para construir uma capela para ela.

-Pois então vá ter com o padre Tomé, que é quem governa a igreja; eu não tenho nada com isso. [padre Tomé de Souza, vigário geral do Rio Grande do

Sul, território que ainda dependia do bispado do Rio de Janeiro] O monge, fazendo uma reverência, saiu e foi procurar o nosso saudoso padre Tomé, que o recebeu com amabilidade, oferecendo-lhe hospedagem, que foi aceita.

Louvando seu zelo pelo culto religioso, o padre Tomé deu-lhe uma ordem para um vigário entregar-lhe o santo. (...) [grifo nosso] (Azevedo, 1898a, s. p.)

E teria João Maria andado até as Missões para trazer a imagem. Se o fez, deve ter sido em peregrinação. Também é verdade que, independentemente de que caminho usou para chegar de São Paulo ao Rio Grande do Sul, devia já ter passado pela região missioneira, posto que sabia do lugar e da imagem. Enfim, o monge, em posse de tal presente, tendo passado antes por Rio Pardo, onde fizera algumas pregações, dirigiu-se para Santo Antão. (Azevedo, 1898b, s. p.)

A FONTE DO MONGE, A ÁGUA E O BARRO SANTOS

A água comporta signos nas mais diversas religiões. É também símbolo cristão profundamente arraigado e tem sua inserção nos primórdios da religião. Era na época de João Maria elemento já tradicional e difundido.

À água santa ou fonte do monge também parece ter sido iniciativa de João Maria de Agostinho:

Na encosta do cerro [de Santo Antão], em meio do caminho para a Ermida, das entranhas da pedra bróta fresca água cristalina, formando pequena *fonte*. Caprichos da natureza! E dele serviu-se João Maria, para fortalecer seu prestígio entre seu povo, convencendo-o de que a água da fonte era miraculosa, pois curava todas as enfermidades. [grifo nosso] (Belém, 1989, p. 177)

A ideia do asceta fica mais clara em Azevedo:

Descobrimo uma *vertente* abundante dentro do mato, na fralda do monte, fez dela a base de seu poder misterioso, de seus milagres. Fez abrir uma picada

do lado oposto ao em que estava a vertente, pelo morro acima, fazendo dessa via dolorosa o seu *calvário*, (...). (1895a, s. p.)

Não somente a fonte era santa “[...] como também o barro que junto a ela existia. Não tardou a formar-se um contínuo vai-e-vem. Todos iam à água miraculosa na esperança de cura para os seus males físicos, e aplicavam o barro nas partes afetadas.” (Beltrão, 1979, p. 136)

AOS DO CAMPESTRE: O NASCIMENTO DA ROMARIA DE SANTO ANTÃO

Este é o título de um importante documento deixado por João Maria de Agostinho. Não se sabe de fato que punho registrou o texto, apenas se conhece que foi ditado e assinado pelo monge. Segundo Beltrão (Ibid., p. 139) foi escrito às vésperas da fuga de João Maria de Agostinho para Botucaraí. Na verdade, deve ter sido escrito logo após sua chegada, porque menciona a necessidade de se construir a capela de cima do cerro de Antão. Consistiu em legado aos moradores do Campestre e garantiu as diretrizes para a continuidade do culto diante da possibilidade de ausência do monge. Foi transcrito pela primeira vez por Hemetério José Veloso da Silveira.

Inicia João Maria por escolher seus substitutos.

Eu confirmo o Sr. Américo no seu emprego de *Procurador* do grande Santo Antônio Abade. (...)

Os *doze zeladores*, já assinalados por mim, tem a faculdade de fazer o mesmo procurador com maior voto de todo o povo do Campestre. Assim mesmo podem por outro imposto de algum que possam faltar dos doze ou também de 1 dos 2 ajudantes do procurador, tendo justo e reto motivo. O superior dos doze zeladores deve congregar seus companheiros em presença do povo em cima do cerro, averiguada a negligência, imperícia ou maldade do procurador ou um desses mesmos 12 zeladores ou 1 dos 2 ajudantes, ponham outro em seu lugar, o que Deus seja servido em sua misericórdia. [grifos nossos] (Silveira, 1909, p. 461)

Fica evidente neste texto a organização confraria. João Maria é assessorado por doze zeladores em seu trabalho, em clara sintonia com Jesus Cristo, que escolhe doze apóstolos quando inicia sua vida pública (Bíblia, 2001, Mt. 10,1-2; Mc. 3,14-16; Lc. 6,13). Para a continuidade do culto, o eremita designa, da mesma forma, um procurador para substituí-lo na diligência dos zeladores.

Observe-se a preocupação do italiano de que a direção aconteça de forma transparente, isso provavelmente para que o culto não se exaurisse por motivo de contendas.

Segue orientando a comissão de procuradores e zeladores para que mantivesse limpo o lugar, zelasse pela distribuição da água santa. Também institui João Maria de Agostinho a ordem de um cofre, para que se guardassem os valores arrecadados. Estes seriam para a manutenção da Romaria. Manda “rezar o santo rosário a noite e de madrugada” (Silveira, 1909, p. 462), ou seja, exatamente como fazia antes de sua retirada a Botucaraí.

Por último,

A festa do Santo há de ser a 17 de janeiro com a pompa maior possível, com sua Missa e Prática, podendo ser. Podem levar em procissão o Santo do melhor modo possível, no mesmo dia. Se carneará a custa das esmolas para os pobres do lugar e concorrentes e devotos empregados do mesmo Santo. [grifos nossos] (Silveira, 1909, p. 463)

Com esse parágrafo do documento, nasce oficialmente a Romaria de Santo Antão. Trata-se da implementação do culto, que o asceta entende como a festa do Santo. Há ainda a referência à procissão. Tem-se, na verdade, um conjunto de medidas expostas no documento que, conjugadas, garantem o bom andamento da Romaria – comissão de zeladores, cofre, ritos, demarcação da data do evento.

Do anacoreta, pode-se inferir que tinha bem claro o parentesco entre festa e romaria, bem como, da importância da festa para a população. Pulula ainda outra questão: João Maria sabia que em algum momento seria forçado

a abandonar o Campestre, que não iria mais voltar e que não poderia mais congrega sozinho aquela clientela. Trazia consciente a liderança pessoal que exercia.

O ASCETA RETIRA-SE PARA BOTUCARAÍ

O ermitão deve ter tido conhecimento da futura vinda de um médico ao Campestre para examinar a composição da água dita santa. Isto porque tratou de se retirar para o morro de Botucaraí, e o fez antes da chegada do médico. Em Botucaraí, também tratou de erguer cruzeiros e ministrou uma fonte. Agostinho não representa um analfabeto político, pois sabia que seria perseguido, assim como concluiu que aquela visita não poderia querer provar nada que viesse ao encontro de sua doutrina. Da mesma forma, precisava o presidente da província de argumento, no mínimo plausível, diante da atmosfera de devotos, para que pudesse agir contra João Maria.

Não podia, com indiferença, o governo ouvir o rumor produzido pela Fonte Milagrosa, sem indagar o que ocorria, pois que, verificada a propriedade santa atribuída àquela água, os benefícios que advinham à Província a colocariam em situação verdadeiramente privilegiada.

Assim sendo, por lei provincial de 18 de julho de 1848 mandou o General Andréa examinar a famosa água, nomeando para isso uma comissão de médicos e químicos.

O resultado não se fez esperar – a água era muito boa para ser bebida, mas não tinha propriedade curativa alguma. (...)

A Presidência da Província, porém, é que não podia concordar com aquele estado de cousas.

Vendo que aquela multidão de sofredores se poderia tornar em um foco de fanáticos perigosos, ordenou a prisão do monge João Maria que, sabendo disso com antecipação, desapareceu misteriosamente do Campestre sem nada dizer a seus prosselitos.

Sabe-se entretanto, que João Maria se refugiou em Botucaray, onde foi preso e dali remetido para o Rio de Janeiro. (Belém, 1989, p. 178)

Quando Azevedo esteve no Campestre, de setembro a outubro de 1848, o monge já não estava mais lá.

Depois de dezessete dias de estada no Campestre, retirei-me, sem ter visto o monge. Ao passar na ponte de Botucaraí [entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo], que estava em conclusão, soube que ele andava por ali, pregando ao povo. Demorei-me três dias em Rio Pardo e, quando tomava o vapor, vi chegar o monge, no meio de uma escolta, que o fora buscar preso a Botucaraí, por ordem do general Andréa, então presidente da província. Chegando a Porto Alegre foi o monge remetido ao ministro da justiça. (Azevedo, 1898b, s. p.)

O monge foi preso em Botucaraí. Fachel, que reuniu importante número de documentos, é quem consegue dar melhor notícia destes eventos.

Tudo isso, está a indicar que o general Andréa, certamente pressionado por todos aqueles que temiam as concentrações do povo, em torno de um Monge – que não tinha o *status* de ser da Igreja Católica Oficial –, viu-se forçado a mandar prendê-lo, antes mesmo da chegada do doutor Abreu. Isto provavelmente em outubro ou novembro de 1848, de acordo com a narrativa de Felicíssimo. Mas, os documentos: Ofício e Carta ao marechal Antero José Ferreira de Brito, enviados pelo general Andréa, respectivamente de 25 a 26 de novembro de 1848, confirmam que o monge foi remetido para Santa Catarina, em fins de novembro de 1848. Portanto, o general Andréa não esperou o relatório do médico. O doutor Thomaz Antunes de Abreu enviado pela Presidência, conforme a documentação vista, só chegou ao Campestre em janeiro de 1849, quando o monge já tinha sido preso e enviado ao governo da Província de Santa Catarina, cujo titular era o marechal Antero José Ferreira de Brito (*Barão de Tramandaí*). (Fachel, 1995, p. 29)

A questão das datas está assim bem resolvida. Outra questão é para onde foi o eremita? Que foi levado a Porto Alegre é consenso entre os autores, o dissenso está em garantir onde esteve o anacoreta logo após este episódio. Azevedo assim se refere: “Li após isto, a resposta do chefe de polícia ao ministro, dizendo que o monge João Maria de Agostini se asilara na rua do Catete nº 12, com proibição de curar e fazer prédicas.” (1895b, s. p.)

A leitura de Azevedo provavelmente não foi mal entendida, entretanto, Romeo Beltrão nos transcreve um depoimento do senador sul-rio-grandense, José Martins da Cruz Jobim; por este, João Maria não teria se encontrado de súbito no Rio de Janeiro, mas teria estado em território paranaense.

Finalmente o general Andréa, que era presidente da província do Rio Grande do Sul, entendeu ser necessário acabar com aquela miséria e fraqueza pública; mandou uma partida de cavalaria prendê-lo, a fim de deportá-lo para fora da província; nessa hora mesmo, quando a guarda lá chegou era de noite e obrigou o monge a descer, e pela manhã, de madrugada, o povo como era de costume, afluiu ao lugar. Reuniram-se em roda do monge mais de 3.000 pessoas, e a mim disse ele mesmo que, se tivesse querido que o povo resistisse à sua prisão, não teria ficado um só cabelo na cabeça dos soldados, que o tinham ido prender, mas que ele mesmo aconselhou ao povo que o deixassem partir para aquele martírio, a fim de voltar depois para eles mais santo e mais milagroso. Partiu para Porto Alegre preso e, chegando à cidade de Rio Pardo, pediu permissão para ir pregar ao povo na igreja matriz; não consentindo o vigário, foi para a capela de S. Ângelo, em outra igreja,[...]. Em Porto Alegre foi apresentado ao general Andréa, que perguntou-lhe: – Quem é você? Respondeu ele: Sou um servo de Deus. – Qual servo de Deus! Servo do diabo, que anda aqui fazendo? Anda nos envergonhando, abusando da sinceridade e ignorância do povo. – Prego a palavra de Deus! – Pois vá pregar daqui para fora! E remeteu-o de presente ao general Antero [brigadeiro Antero de Brito], que era então presidente de Santa Catarina, o qual ficou muito contrariado com o presente do tal monge santo, como o chamavam no Rio Grande, onde tinha podido atrair imenso povo. O general Antero perguntou-lhe para onde queria ir. – Lá fora da barra, disse ele, vi uma ilha muito grande, que me disseram chamar-se *ilha do Arvoredo*. Peço que me mandem botar nessa ilha, porque, estando já aborrecido de homens, quero viver em um canto retirado, onde não veja mais ninguém. O general disse-lhe que naquela ilha não habitava ninguém, e que era muito difícil lá chegar, porque fica muito distante da terra firme. Ele porém insistiu, que o mandasse para lá, fosse como fosse. O general Antero incumbiu uns pescadores de o levarem, e esses mesmos pescadores vieram contar a todos que o monge milagroso do Rio Grande lá se achava, e que tinha feito maravilhas e milagres, e que tinha descoberto uma água santa, que servia para curar toda sorte de feridas. Esta notícia correu logo e fez

acudir uma quantidade imensa de povo à ilha, para ir admirar o monge, que exercia tal preponderância sobre o povo, que conseguiu fazer uma procissão extraordinária, desde a praia pela encosta da ilha até a sua maior altura, a fim de lá colocar-se no lugar mais alto uma grande cruz, que levaram de baixo às costas, por caminho que ele fez abrir. Depois que viu que o povo não o largava, se bem que ali nada lhe faltasse, porque os devotos lhe iam levar o melhor peixe, e tudo quanto ele podia necessitar, aborrecendo-se de tanta companhia, assentou em sair dali para fora, veio para o Rio de Janeiro, daqui foi para Petrópolis, e depois internou-se pelo interior da Província [do Rio de Janeiro], supondo-se que morrera, porque nunca mais houve quem desse notícias dele. [grifo nosso] (Beltrão, 1979, p. 155-156)

Fachel reúne documentos que o fazem concordar com a versão do senador José Martins da Cruz Jobim (op. cit., p. 31), entretanto não afirma que o asceta, após ter estado na ilha do Arvoredo, houvesse se dirigido para o Rio de Janeiro e para Petrópolis. De acordo com Fachel, “[...] em 1851, o Monge João Maria se instalou numa gruta no município da Lapa – PR.” (Ibid, p. 33) E continua, mais abaixo, na mesma página: “Depois de sua estada na Lapa, o Monge João Maria esteve em Rio Negro – PR e Mafra – SC, às margens do Rio Negro, que divide os estados do Paraná e Santa Catarina.” Difícil achar a *verdade* desses fatos históricos, talvez o monge tenha estado primeiramente em Santa Catarina, posteriormente no Paraná e inclusive na fronteira de ambos, e somente depois dessas paragens tenha sido enviado para o Rio de Janeiro.

Encaminhando para a conclusão, necessita-se dizer que não é a intenção primeira do texto discutir em que medida os fatores antropológicos e sociológicos, históricos, sociais, escatológicos, entre outros, concorrem para o culto a João Maria e a Santo Antão. Entretanto, ressalvada a parcela de autonomia dos fiéis diante do movimento religioso, pode-se afirmar que a cultura católica de base romana e bíblica, pregada pelo clero, perpassa a história do grupo romeiro e do monge, desde o surgimento do evento até as manifestações religiosas na atualidade, competindo com aquelas características e com o próprio fenômeno messiânico em si.

Por exemplo, no que se refere à locução do senador Jobim, mais verdadeiro e evidente é o imaginário que envolveu o monge e mesmo o discurso do político. Ao ler que o general Andréa, presidente da província do Rio Grande do Sul, remeteu o monge ao general Antero de Brito, presidente da província de Santa Catarina, pode-se identificar uma sintonia com a odisseia condenatória de Jesus Cristo, que fora conduzido a julgamento de Herodes a Pilatos (Bíblia, 2001, Lc. 23,11), de Anás a Caifás. (Bíblia, 2001, Jo. 18,24) Também é notório que a predisposição do povo contra os soldados de João Maria consiste numa transposição literal da passagem bíblica em que os oficiais romanos, guiados por Judas, buscam prender Jesus (Bíblia, 2001, Lc. 22,49-50; Mt. 26,51; Mc. 14,47; Jo. 18,10). Outrossim, o retiro interrompido da Ilha do Arvoredo faz justiça ao trecho bíblico em que Cristo, estando à margem de um lago, se vê obrigado a subir em uma barca e adentrar o mesmo, tamanha era a efusão da multidão. (Bíblia, 2001, Mt. 13,1-2; Lc. 5,1-3)

A morte do eremita é de fato incerta, pois, apesar de se ter algumas versões, não há certezas e são poucos os pontos comuns que figuram entre as mesmas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Felicissimo Manoel de. Morro das Cruzes. *A Federação*. Porto Alegre, s. p., 15 mar. 1895a.

_____. Morro das Cruzes. *A Federação*. Porto Alegre, s. p., 18 mar. 1895b.

_____. Morro das Cruzes. *O Estado*. Santa Maria, s. p., 19 jan. 1898a.

_____. Morro das Cruzes. *O Estado*. Santa Maria, s. p., 2 fev. 1898b.

BECKER PINTO, Nicolau. Festa do Campestre. *Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria: 1814-1914*, Porto Alegre: Globo, s. p., 1914.

BELÉM, João. Campestre de Santo Antão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. v. 5, n. 3 e 4 (trimestral), p. 219-223, ago., 1925.

_____. *História do Município de Santa Maria: 1797-1933*. Santa Maria: EdUFSM, 1989.

BELTRÃO, Romeo. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho: 1787-1930*. 2 ed. Canoas: La Salle, 1979.

BIBLIA, *Bíblia Sagrada: Ave Maria*. 145 ed. ver. atual. São Paulo: Centro Bíblico Católico, 2001.

BOCA do Monte – 7º Distrito do Município de Santa Maria. *Guia Ilustrado Comercial Industrial e Profissional de Santa Maria*, Santa Maria, Guias Ilustrados Municipais, s. p., 1938.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. 2 ed revisada. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre: EdUFRGS; Florianópolis: EdUFSC, 1995.

FESTA de Santo Antão. *O Combatente*, Santa Maria, s. p., 24 jan. 1897.

GOES, César Hamilton Brito. *Nos caminhos do Santo Monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas, 1912-1916*. Campinas: EdUNICAMP, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVEIRA, Hemeterio José Veloso da. *As Missões Orientaes e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Tipografia da Livraria Universal de Carlos Eche- nique, 1909.

WELTER, Tânia. O Profeta João Maria continua encantando no meio do povo: um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2007.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço*: as práticas da cura no sul do Brasil (1845-1880). Porto Alegre: EdPUCRS, 2001.